

HABEAS CORPUS Nº 549.091 - RJ (2019/0358808-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : GUILHERME MARTINS FREDERICO
ADVOGADO : GUILHERME MARTINS FREDERICO - RJ101731
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ROBERTO JULIO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ROBERTO JULIO contra decisão liminar proferida pelo Relator do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0075998-08.2019.8.19.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi condenado à pena de 16 anos e 8 meses de reclusão, pela suposta prática do crime descrito no art. 35, c/c o art. 40, IV, ambos da Lei n. 11.343/2006, em regime inicialmente fechado, vedado o direito de recorrer em liberdade (e-STJ fl. 91).

A defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, ocasião em que o Relator da ação originária, indeferiu o pedido liminar (e-STJ fl. 23).

Na presente oportunidade, a defesa alega que o Magistrado de primeiro grau manteve a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente sem a devida fundamentação. Assevera que o réu possui residência fixa e a gravidade do delito, por si só, não pode servir como fundamento ao decreto prisional, pois inexistem os requisitos previstos no art. 312 do CPP no caso.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, seja substituída por medidas cautelares diversas, como as previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, expedindo-se o competente alvará de soltura.

É o relatório, **decido**.

Com efeito, não se admite *habeas corpus* contra decisão que

indefere liminar proferida em impetração originária, por configurar indevida supressão de instância, consoante dispõe o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular, o que não se mostra presente na espécie.

No caso, eis os motivos declinados pelo Magistrado de primeiro grau ao manter a prisão preventiva (e-STJ fl. 118, *grifei*):

Em relação aos acusados Roberto Júlio, Caio Eduardo dos Santos Abreu, Rafael Baltar Melo e Cristiano Mendes Francisco, considerando que o crime de associação para tráfico de entorpecentes é um crime gravíssimo, inclusive, está relacionado a um crime hediondo (tráfico ilícito de entorpecentes), bem como estimula o aumento da prática criminosa em nossa sociedade, inclusive com grande poder bélico; considerando que os acusados Roberto Júlio, Caio, Rafael e Cristiano, ora condenados, demonstram periculosidade elevada e possuem funções relevantes dentro da facção criminosa, visando resguardar a ordem pública e garantir a aplicação, da lei penal, já que os acusados Roberto Júlio e Caio encontram-se foragidos, MANTENHO a prisão dos mesmos.

Com efeito *A fuga do distrito da culpa é dado conducente à decretação da prisão preventiva para garantir a instrução criminal e assegurar a aplicação da lei penal* (HC 101132, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, Relator p/ Acórdão Ministro LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 31/5/2011, publicado em 1/7/2011).

Assim, no caso, não se verifica manifesta ilegalidade que justifique uma avaliação antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça, com a superação do mencionado enunciado sumular da Suprema Corte.

Superior Tribunal de Justiça

Entendo, assim, que as questões em exame necessitam de averiguação mais profunda pelo Tribunal de origem, que deverá apreciar, no momento adequado, a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *mandamus* originário.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** a petição inicial do presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator